



Arquitetura e urbanismo: Compromisso histórico com a multidisciplinariedade

2

Pedro Henrique Máximo Pereira
(Organizador)



Arquitetura e urbanismo: Compromisso histórico com a multidisciplinariedade

2

Pedro Henrique Máximo Pereira
(Organizador)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade 2

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Amanda Costa da Kelly Veiga
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Pedro Henrique Máximo Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade 2 / Organizador Pedro Henrique Máximo Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-529-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.294210410>

1. Arquitetura. I. Pereira, Pedro Henrique Máximo (Organizador). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A arquitetura é espaço existencial. A cidade, um espaço existencial elevado à potência do social. São existenciais porque estão intrinsecamente relacionados, são intimamente ligados à vida individual e coletiva que neles se constituem. Portanto, são políticos, históricos e lócus de rebeldia criativa por excelência.

Esta compreensão é uma das chaves para o entendimento da necessidade da multidisciplinaridade. É também um dos mais potentes argumentos para viabilizarmos a garantia das fronteiras disciplinares já abertas e justificativa irrefutável para a abertura de novas fronteiras. É, portanto, o fundamento para uma abordagem complexa sobre realidades que são complexas. O espaço e a vida que nele ocorre carecem de abordagens diversas e variados modos de investigação, dada a clara compreensão da impossibilidade da apreensão total de objetos de estudo dessa natureza.

Este livro, o segundo volume de “Arquitetura e Urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinaridade”, publicado pela Atena Editora, dá um passo nessa direção. Ele é composto por 17 artigos, cujos temas variam do edifício ao território, passando pela paisagem, região e pelo urbano. Neles as abordagens também variam. Vão das escalas micro, compreendendo a rua, os espaços arquitetônicos de edifícios e interfaces entre o concreto e o virtual-digital à escala da cidade, da região e do território.

Deste conjunto é possível afirmar que o que atravessa todos os 17 artigos é a compreensão de tais temas, escalas e objetos de pesquisa como fontes inesgotáveis de abordagens disciplinares diversas. Por isso não encerram as discussões sobre os objetos analisados, mas deixam em aberto para discussões outras com interfaces dos saberes da arquitetura e urbanismo com a antropologia, a pedagogia, as engenharias, o planejamento urbano e regional, a geografia, a agronomia, a história, a economia, a ecologia, a psicologia, a filosofia, as ciências da computação e programação, a administração, entre tantas outras áreas que poderiam ser aqui citadas.

É possível ainda identificar movimentos interdisciplinares a partir deles. Há um notável trânsito de literaturas de disciplinas distintas utilizado como recurso para a leitura dos objetos neles analisados. Neste sentido, tais artigos indicam a necessidade de reconhecimento do valor e da contribuição de disciplinas próximas e distantes, mas não somente isso. Eles indicam a potência do reconhecimento das mais diversas disciplinas como partes de um campo amplo de investigações, nem sempre pacificado, jamais homogêneo, mas colaborativo e essencialmente crítico.

Assim, estimo boa leitura a leitoras e leitores!

Pedro Henrique Máximo Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AS TIPOLOGIAS DE PAISAGENS QUE CONECTAM O PARQUE DA PAZ E O TECIDO URBANO DO CONCELHO DE ALMADA – ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Noêmia de Oliveira Figueiredo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104101>

CAPÍTULO 2..... 27

LIMES FRANCOLÍ, PAISAJES DE FRONTERA A RITMO SINCOPADO

Josep Maria Solé

Lluís Delclòs

Olivia Malafronte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104102>

CAPÍTULO 3..... 43

CENTROS CULTURAIS E A CIDADE CONTEMPORÂNEA: O CENTRO CULTURAL SÃO PAULO E O SESC 24 DE MAIO COMO EQUIPAMENTOS DE SUPORTE À CULTURA

Júlia Martins Souza Pipolo de Mesquita

Celso Lomonte Minozzi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104103>

CAPÍTULO 4..... 52

ARQUITETURA E ACESSIBILIDADE: FERRAMENTA DE INCLUSÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE MARANGUAPE - CEARÁ

Zilsa Maria Pinto Santiago

Virna Maria Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104104>

CAPÍTULO 5..... 69

MAPEANDO LOS OJOS EN LA CALLE DE JANE JACOBS EL ALGORITMO GENERATIVO DE LA VIGILANCIA NATURAL PASIVA

Iñigo Galdeano Pérez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104105>

CAPÍTULO 6..... 80

O USO CULTURAL DA MADEIRA NA ARQUITETURA: TÉCNICAS CONSTRUTIVAS TRADICIONAIS E AS MADEIRAS EMPREGADAS NAS CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS

William Jorge Pscheidt

João Carlos Ferreira de Melo Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104106>

CAPÍTULO 7..... 97

O AMBIENTE DA INTERAÇÃO MUSEAL: DA FISCALIDADE AO TOUR 360°

Pablo Fabião Lisboa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104107>

CAPÍTULO 8	110
ASSENTAMENTOS INFORMAIS E LEGISLAÇÃO URBANA - INVISIBILIDADE OU NEGAÇÃO? O CASO DA VILA XURUPITA EM BARREIRAS, BA/BRASIL	
Rogério Lucas Gonçalves Passos	
Natália Aguiar Mol	
Lorena J. Coelho Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104108	
CAPÍTULO 9	126
CONDIÇÕES SÓCIO HISTÓRICAS DE EXCLUSÃO TERRITORIAL E DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES URBANAS EM CIDADES BRASILEIRAS	
Isabela Casalecchi Bertoni	
Lilian Masumie Nakashima	
Maysa Leal de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104109	
CAPÍTULO 10	138
UM BREVE OLHAR SOBRE AS VULNERABILIDADES E A SUSTENTABILIDADE NA MUDANÇA DE PARADIGMAS DO URBANISMO CONTEMPORÂNEO	
Karliane Massari Fonseca	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041010	
CAPÍTULO 11	150
DESEMPENHO DA FILTRAÇÃO LENTA EMPREGADA NO TRATAMENTO DA CARGA DE DBO ORIUNDA DE ESGOTO DOMÉSTICO	
Ariston da Silva Melo Júnior	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041011	
CAPÍTULO 12	164
CENTRO E NOVA CENTRALIDADE DE LONDRINA SOB PERSPECTIVA MORFOLÓGICA	
Mayara Henriques Coimbra	
Gislaine Elizete Beloto	
Letícia da Mata Silva	
Ana Julia Ceole	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041012	
CAPÍTULO 13	181
PLANES REGIONALES: UNA EXPERIENCIA DE GESTIÓN Y REVITALIZACIÓN EN LA CIUDAD DE SÃO PAULO	
Denise Gonçalves Lima Malheiros	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041013	

CAPÍTULO 14.....	195
O TOMBAMENTO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO MIGUEL ARCANJO COMO ESTRATÉGIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DAS MISSÕES JESUÍTICAS NO BRASIL	
Giorgio da Silva Grigio	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041014	
CAPÍTULO 15.....	210
OLHARES CRUZADOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL MODERNO- BRASÍLIA PATRIMÔNIO CULTURAL MUNDIAL: RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA INTERNACIONAL	
Yara Regina Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041015	
CAPÍTULO 16.....	229
ÁREAS METROPOLITANAS DE BELÉM E BRASÍLIA NOVOS RECORTES PARA ANÁLISE	
Ricardo Batista Bitencourt	
Ramon Fortunato Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041016	
CAPÍTULO 17.....	255
UMA ABORDAGEM CONFIGURACIONAL PARA O ENSINO DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	
Fernando dos Santos Calvetti	
Michele Staub de Brito	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041017	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	268
ÍNDICE REMISSIVO.....	269

O TOMBAMENTO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO MIGUEL ARCANJO COMO ESTRATÉGIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DAS MISSÕES JESUÍTICAS NO BRASIL

Data de aceite: 21/09/2021

Data de submissão: 16/07/2021

Giorgio da Silva Grigio

Universidade Nove de Julho (UNINOVE –
Campus Memorial)
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/3637968031939272>

RESUMO: A história e a cultura são os elementos formadores da identidade de um povo. A preservação do patrimônio histórico-cultural é de grande relevância para qualquer país, e a destruição ou a não preservação desse patrimônio, acarreta o rompimento da corrente do conhecimento e evolução antropológica de uma sociedade, podendo levar ao cometimento dos mesmos erros já vividos. Muitas são as iniciativas governamentais para preservar o patrimônio histórico-cultural, atualmente o tombamento é o melhor instrumento legal para a preservação. O objetivo do presente trabalho é demonstrar a importância do tombamento do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, como estratégia para a preservação do patrimônio histórico das Missões Jesuíticas dos Guarani, bem como, estimular ações de preservação de outros patrimônios históricos e culturais no território brasileiro. Utilizando a pesquisa bibliográfica acerca do tema de interesse, em livros, artigos científicos, documentos, fotografias e informações disponíveis nas plataformas digitais, além da compilação das informações

resultante da observação e percepção in situ. Ficou demonstrado que o tombamento foi um ato público importantíssimo para o Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, preservando o patrimônio histórico-cultural e estimulando o turismo, trazendo divisas à região e empregos aos habitantes locais. Conclui-se que o tombamento é o caminho a ser trilhado por outros importantes patrimônios históricos e culturais em solo brasileiro, a fim de preservar de forma efetiva e eficaz a história e a cultura pretérita, um direito a ser usufruído pelas presentes e futuras gerações.

PALAVRAS - CHAVE: Patrimônio Histórico, Tombamento, Missões Jesuíticas, Reduções, São Miguel Arcanjo.

THE TOMBING OF THE ARCHAEOLOGICAL SITE OF SÃO MIGUEL ARCANJO AS A STRATEGY FOR THE PRESERVATION OF THE HISTORICAL HERITAGE OF JESUIT MISSIONS IN BRAZIL

ABSTRACT: History and culture are the elements that form the identity of a people. The preservation of the historical cultural heritage has great relevance for any country, and the destruction or the non-preservation of this heritage, results in the breaking of the current of knowledge and anthropological evolution of a society, which may lead to the same mistakes already experienced. There are many governmental initiatives to preserve the historical cultural heritage, currently the tipping is the best legal instrument for the preservation. The objective of the present work is to demonstrate the importance of the tipping of the Archaeological Site of São Miguel Arcanjo, as

a strategy for the preservation of the historical patrimony of the Jesuit Missions of the Guarani, as well as, to stimulate actions of preservation of other historical and cultural patrimonies in the Brazilian territory. Using bibliographic research on the topic of interest, in books, scientific articles, documents, photographs and information available on digital platforms, in addition to the compilation of information resulting from observation and perception in situ. It was demonstrated that the listing was a especially important public act for the Archaeological Site of São Miguel Arcanjo, preserving the historical cultural heritage and stimulating tourism, bringing foreign currency to the region and jobs for the local inhabitants. It is concluded that the tipping is the path to be followed by other important historical and cultural heritage on Brazilian soil, in order to effectively and efficiently preserve history and past culture, a right to be enjoyed by present and future generations.

KEYWORDS: Historical Heritage, Tipping, Jesuit Missions, Reductions, São Miguel Arcanjo.

1 | INTRODUÇÃO

“Defender o patrimônio socioambiental, histórico e cultural é defender a vida e a identidade de um povo” disse o professor e poeta goiano Nemilson Vieira de Moraes (AZEVEDO, *et al*, 2019). A preservação do patrimônio histórico e cultural é importantíssima para a história e o planejamento do futuro de qualquer país. Tendo sua origem no latim, a palavra *patrimonium* que significa herança, propriedade ou bens de uma pessoa, já o *extra patrimonium*, aquilo que não pode ser objeto da apropriação particular ou privada, como por exemplo, uma praça, uma igreja, um monumento (BESSA, *et al*, 2004). Sendo assim, o patrimônio histórico-cultural está sempre ligado ao coletivo, como uma comunidade, um estado, um país ou até mesmo em um sentido mais amplo, da humanidade. Para Nilson Ghirardello e Beatriz Spisso (2008):

Cada indivíduo é parte de um todo – da sociedade e do ambiente onde vive – e constrói, com os demais, a história dessa sociedade, legando às gerações futuras, por meio dos produtos criados e das intervenções no ambiente, registros capazes de propiciar a compreensão da história humana pelas gerações futuras. A destruição dos bens herdados das gerações passadas acarreta o rompimento da corrente do conhecimento, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas. Atualmente, a importância da preservação ganha novo foco, decorrente da necessária consciência de diminuirmos o impacto sobre o ambiente, provocado pela produção de bens. A preservação e o reuso de edifícios e objetos contribuem para a redução de energia e matéria-prima necessárias para a produção de novos (GHIRARDELLO, *et al*, 2008, p. 15).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, estabelece o que constitui o patrimônio histórico-cultural brasileiro e preconiza as diretrizes para à sua proteção. Segundo o artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade

brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

A preservação desse patrimônio é a atividade mais importante, pois de fato concretiza a existência de um patrimônio histórico e cultural, segundo a Constituição Federal de 1988, “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988). Na Carta de Veneza (1964), em seu artigo 3º dispõem sobre a finalidade de preservar, “A conservação e a restauração dos monumentos históricos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico” (ICOMOS, 1964).

No sentido de cumprimento das diretrizes constitucionais de preservação do patrimônio histórico e cultural, além da nossa Carta Magna, muitos ordenamentos jurídicos, manuais, cartilhas, etc., são publicados, como por exemplo, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e institui o Tombamento (BRASIL, 1937), a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (IPHAN, 2015), o Decreto-Lei nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977, que aprova e adota a Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO de 1972, a qual trata da proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (BRASIL, 1977).

Atualmente no Brasil o Órgão competente para a preservação do patrimônio histórico-cultural é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, criado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas, por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 (IPHAN, 2015).

Muitas são as iniciativas governamentais para preservar o patrimônio histórico-cultural, mas o tombamento é o melhor instrumento legal para a preservação e tem demonstrado excelentes resultados. O tombamento, segundo Marçal Justen Filho:

O tombamento consiste num regime jurídico específico, imposto por ato administrativo unilateral de cunho singular, quanto ao uso e fruição de coisa determinada, cuja conservação seja de interesse da coletividade, e que acarreta o dever de manter a identidade do objeto, podendo gerar direito de indenização. (JUSTEN FILHO, 2010, p. 603/604)

Para Celso Antônio Bandeira de Mello o tombamento do patrimônio histórico tem o seguinte conceito, “O tombamento é a intervenção administrativa na propriedade pela qual o Poder Público assujeita determinados bens à sua perene conservação para preservação dos valores culturais ou paisagísticos nele encarnados” (MELLO, 2010, p. 910).

Para um patrimônio histórico ser tombado, percorre-se um longo caminho, que vai desde a iniciativa por parte do poder público até a conscientização da sociedade, começando com o cumprimento das leis de proteção. Um projeto de estudo prévio deve iniciar a coleta de todos os dados importantes que envolvem o patrimônio cultural, desde a sua origem, construção, passando pela sua função ao longo da sua vida útil, o levantamento da importância histórica do bem, o significado cultural e o grau de importância social que o patrimônio carrega, bem como os impactos e benefícios que a sua restauração e tombamento trará para o coletivo (FRANÇA, 2012).

Após a realização de um inventário por um profissional competente, um arquiteto especialista no assunto, um projeto irá determinar as melhores ações que o patrimônio material histórico-cultural, móvel ou imóvel, candidato ao tombamento irá receber. A Carta de Burra, 2013, em seu artigo 26 diz:

Qualquer ação de conservação a ser considerada deve ser objeto de uma proposta escrita acompanhada de uma exposição de motivos que justifique as decisões tomadas, com provas documentais de apoio (fotos, desenhos, amostras etc.) (ICOMOS. Carta de Burra, 2013, art. 26).

Com o avanço da ciência e da tecnologia, muitas são as ações e técnicas para a preservação do patrimônio histórico tombado, após a devida e legal inscrição no Livro do Tombo, que é o marco definitivo para o bem, e é precedido da confecção da Carta Patrimonial, compilado de diretrizes para a conservação, manutenção e restauro do patrimônio histórico. Com todas as diretrizes pré-estabelecidas, cabe aos responsáveis à recuperação, que consiste no conjunto de ações para restabelecer o estado original ou próximo deste, antes de ter sido degradado pela ação do tempo ou pelo próprio homem (GHIRARDELLO, 2008).

No presente artigo, demonstraremos a importância do tombamento para o Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, patrimônio histórico de grande importância para o Brasil, tombado em 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, sob o nº 63, à fls. 12, do Livro do Tombo das Belas-Artes, processo nº 141 – T (RODRIGUES, 2018), e declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1983, entrou no destino do turismo nacional e internacional, por possuir um dos remanescentes mais bem preservados das reduções jesuítas em território brasileiro, as ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo, edificação arqueológica de grande valor histórico (IPHAN, 2014). O atual estado de preservação da Igreja de São Miguel é o resultado das intervenções, mesmo tardias, mas, só foram possíveis devido ao tombamento, demonstrando assim a importância do tombamento para a preservação do patrimônio histórico-cultural brasileiro.

2 | OBJETIVOS

O presente artigo tem por finalidade demonstrar a importância do tombamento do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, como estratégia para a preservação do patrimônio histórico das Missões Jesuítas dos Guarani, no município de São Miguel das Missões, no estado do Rio Grande do Sul, bem como, estimular ações de preservação de outros patrimônios históricos e culturais no território brasileiro.

3 | METODOLOGIA

A metodologia praticada para o desenvolvimento deste trabalho foi baseada na pesquisa bibliográfica acerca do tema de interesse, em livros, artigos científicos, documentos, fotografias e informações disponíveis nas plataformas digitais. Neste trabalho, sobre a importância do tombamento do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, além da compilação das informações resultante da observação e percepção *in situ*. A pesquisa bibliográfica foi realizada com a utilização das palavras-chave: “sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo”, “missões jesuítas”, “sete povos das missões”, “reduções”, “preservação do patrimônio histórico”, “tombamento”, com o intuito obter informações históricas relevantes e demonstrar a importância da preservação do patrimônio histórico e cultural.

4 | DESENVOLVIMENTO

Diante do crescente desenvolvimento da sociedade e a necessidade latente de salvaguardar a história e o patrimônio cultural, o tombamento de um sítio arqueológico amplo no campo histórico, torna-se um ato de grande importância e necessário.

O sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo é um exemplo eficaz de preservação de um patrimônio histórico missioneiro. Fazendo parte das trinta reduções jesuítica catalogadas na América do Sul, o Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo vem se mostrando um patrimônio histórico muito importante para a região, haja vista possuir uma estreita ligação histórico-cultural com os países fronteiriços do Brasil, como a Argentina, Paraguai e Uruguai, região essa, que vem se tornando em um destino turístico relevante nacionalmente e internacionalmente, por meio da Rota das Missões, composta por sete municípios com remanescentes arqueológicos das missões jesuíticas, conhecidos como os “Sete Povos das Missões” (IPHAN, 2014).

O Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo juntamente com seu museu, Museu das Missões, estão localizados no município de São Miguel das Missões, no estado do Rio Grande do Sul, nas coordenadas -28. 547734 -54. 555572.

As atuais ruínas do sítio é o remanescente da redução jesuítica espanhola de São Miguel Arcanjo, que eram povoados estabelecidos pelos jesuítas espanhóis, com a finalidade de catequizar os povos indígenas que viviam na região, considerados “selvagens infieis”. Por meio das recentes explorações arqueológicas, ficou evidente a presença pré-

histórica de algumas etnias indígenas na região, o povo Umbu, Humaitá e Guarani, etnia indígena que ocupava a região por mais de 2000 anos, viviam da coleta, agricultura de subsistência e da caça (ROGGE, 2003).

Com a criação a Companhia de Jesus por Inácio de Loyola e a missão de catequizar mundo afora e a intenção das coroas ibéricas de ocupar os territórios coloniais da América do Sul, os Missioneiros Jesuítas são enviados, e por ocasião da ocupação espanhola do território a oeste da linha de Tordesilhas, pela coroa Espanhola, os jesuítas missioneiros ocuparam a região do interior do continente sul americano, utilizando os rios Uruguai, Paraguai e da Prata, que hoje corresponde ao território da Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil (FURLOG, 1962).

A ocupação do território ocorreu em várias regiões, onde eram formados povoados, que ficaram conhecidas como “reduções”, muitas se formaram a partir de 1607, atualmente tem o conhecimento de 30 reduções missioneiras, distribuídas nos territórios do Brasil, Argentina e do Paraguai, e eram programadas para abrigar de 4.000 a 5.000 pessoas, uma vez alcançada a lotação, era iniciada a fundação de uma nova redução missioneira em outra área (BRASIL, 1982).

Após muitas revoltas indígenas e muitas batalhas com os bandeirantes paulistas, que saqueavam ou até mesmo destruíam as reduções, a exemplo das reduções de Jesus Maria e de São Cristóvão, que foram destruídas 1636 pelo bandeirante Antônio Raposo Tavares, a redução de São Miguel Arcanjo, foi estabelecida definitivamente em 1632, pelos padres Cristóbal de Mendonza e Paulo Benevides, à margem direita do rio Ibicuí, no rincão de São Pedro. Em 1687, foi construída a Igreja de São Miguel, projeto inspirado na Igreja de Gesù da cidade de Roma, capital da Itália, atribuído ao arquiteto jesuíta italiano Gian Battista Primoli (BRASIL, 1982). O estilo barroco italiano com a utilização de técnicas avançadas vindas da Europa, teve grande influência na construção da igreja, utilizando-se tijolos crus de vários tamanhos e formatos, branqueados com uma argila rica em cálcio, conhecida por “tabatinga”, a madeira foi largamente empregada, juntamente com pedras de arenito. Por ser uma das reduções mais ricas, acredita-se que o interior da Igreja de São Miguel das Missões, contava com uma riquíssima ornamentação, com pinturas coloridas, esculturas sacras em arenito e madeira (STELLO, 2005).

Durante o seu auge, no século XVIII, a economia das reduções era baseada na cultura da erva-mate e na pecuária bovina, e as famílias missioneiras possuíam suas terras, que eram chamadas de “Amambaé”, onde era cultivada a terra para a subsistência (SILVA, 2012).

Com os desentendimentos entre Portugal e Espanha com relação à colônia sul-americana, em 1750 foi firmado o Tratado de Madrid, onde ficou determinado que Portugal ficasse com as Missões e a Espanha ficaria com Sacramento. Com a mudança de domínio das terras, surge o estopim para revoltas e, os indígenas se recusaram a entregar suas terras, dando início a conhecida “Guerra Guaranítica” ou “Guerra dos Sete Povos”, de

1754 a 1756, entre as tropas luso-castelhanas e os índios missioneiros, que mesmo com a atuação destacada de Sepé Tiarajú na chefia dos indígenas, resultou na derrota dos mesmos, dando início à demarcação do novo território (PESAVENTO, 1985).

O Tratado de Madrid de 1750 trouxe muitos problemas para as missões e para a coroa portuguesa, que foi anulado com o Tratado de Santo Idelfonso em 1761, trazendo os índios de volta as terras missioneiras (BRASIL, 1982).

Após a Guerra Guaranítica, o sistema missioneiro entrou em colapso e a população residente da missão de São Miguel Arcanjo, começou a decair ano após ano e em 1801 as Missões Orientais foram conquistadas por Manuel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto, e foram transformadas em novas áreas de sesmarias portuguesas, para a expansão da agricultura e a pecuária, findando assim as atividades Missioneiras Jesuíticas (PESAVENTO, 1985).

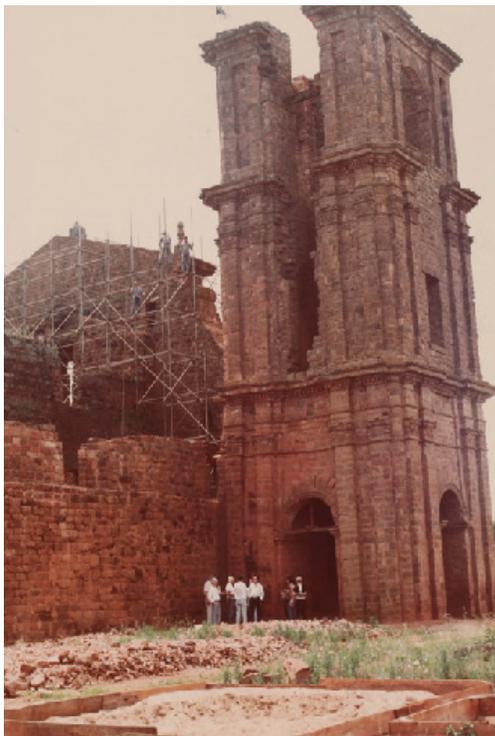
Após o término das atividades das reduções no início do século XIX, o abandono das edificações da redução de São Miguel Arcanjo pelos missioneiros jesuítas e pelos indígenas Guarani, somado ao desinteresse por parte das autoridades, as instalações entraram em um processo de degradação e destruição, tanto por ação natural como por ação do homem, permanecendo mais de um século em total descuido, conforme demonstram as fotos das ruínas, onde a vegetação avançou sobre as ruínas, demonstrando o estado avançado de deterioração da Igreja São Miguel Arcanjo antes da primeira intervenção, disponíveis no acervo digital do IPHAN:



Figuras 2A, 2B e 2C: Ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo antes das intervenções e tombamento.

Fonte: Acervo digital do IPHAN

Após um longo período de abandono, a partir 1801, quando as missões jesuíticas encerraram as atividades, o governo do Estado do Rio Grande do Sul por meio da Diretoria de Terras da Secretaria do Estado e Obras Públicas, resolveu intervir com o intuito de recuperar os remanescentes das ruínas do sítio arqueológico. Segundo Stello (2005), as primeiras intervenções datam de 1925 a 1927, e ficou registrado no Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 1927 (STELLO, 2005). Somente em 1937, que o sítio arqueológico recebe de fato um especialista, o arquiteto Lucio Costa, que conduziu uma análise dos remanescentes das ruínas e iniciou-se o que seria a primeira obra de restauração e conservação realizada pelo IPHAN, que seguiu até 1940, com as obras de estabilização da Igreja de São Miguel, chefiadas pelo arquiteto Lucas Mayerhofer, que utilizou como referência a arquitetura espanhola e as casas dos índios missioneiros Guarani (IPHAN, 2014).



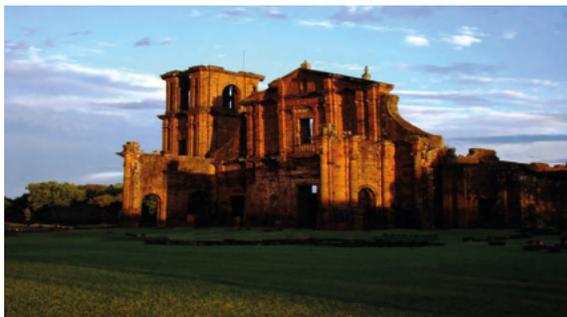
Figuras 3A, 3B, 3C e 3D: Recuperação das Ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo

Fonte: Acervo digital do IPHAN

Após as intervenções de recuperação das ruínas e do entorno, de 1925-1927 e de 1938-1940, o Sítio Arqueológico ficou apto à inscrição na lista do Patrimônio Mundial, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional executou o tombamento brasileiro sob o nº 63, à fls. 12, do Livro do Tombo das Belas-Artes, processo nº 141 - T e fez a proposta à UNESCO para ser incluído o Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo como patrimônio da humanidade, conforme demonstrou o Formulário de Proposta de inscrição na Lista de Patrimônio Mundial (RODRIGUES, 2018; BRASIL, 1982), e em 1983 foi aceito e declarado

tombado pela UNESCO (IPHAN, 2014).

Fica evidenciado que a recuperação da Igreja de São Miguel, de forma heroica e fantástica, trouxe novos ares ao Sítio, valorizou o monumento e revelou um belíssimo e exuberante patrimônio histórico-cultural em território brasileiro.



Figuras 4A e 4B: Ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo

Fonte: Autor (2008)



Figura 5 - Ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo

Fonte: Ministério do Turismo (EMBRATUR), 2016

Segundo o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, o Museu das Missões foi projetado pelo arquiteto Lucio Costa e a criação oficial ocorreu em 1940, localizado no interior do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, tem a missão, segundo o Plano Museológico de “*preservar, pesquisar e difundir a memória e a história dos 30 Povos das Missões, através de ações que estimulem, na comunidade local e visitantes, a reflexão sobre o legado cultural de antiga Redução de São Miguel Arcanjo, região missioneira do*

Rio Grande do Sul”. Seu acervo museológico institucional é composto por uma rica coleção de esculturas missioneiras em madeira dos séculos XVII e XVIII, sendo a maior e única coleção pública do MERCOSUL nesse gênero (IBRAM, 2019; IBRAM, 2020).



Figuras 6A, 6B, 6C e 6D: Esculturas Sacras Missioneiras (madeira)

Fonte: Autor (2008)

Atualmente o Sítio Arqueológico é um destino de turismo nacional e internacional muito expressivo no estado do Rio Grande do Sul, inserido na rota das missões juntamente com outros seis remanescentes das reduções jesuíticas, trazendo muitos recursos ao município e ao estado, diariamente ocorre o Espetáculo de Som e Luzes, e na passagem do ano novo ocorre o Réveillon nas Missões, ambos os espetáculos são realizados pela Prefeitura Municipal de São Miguel das Missões (PMSMa, 2019; PMSMb, 2019).

O Espetáculo de Som e Luzes foi criado pelo governo do Rio Grande do Sul em

1978, que conta a história das missões jesuítas diariamente ao anoitecer, em uma viagem pelo tempo, mostrando um pouco do cotidiano, da política, da arte, da guerra e da fé de uma sociedade que vivenciou um desenvolvimento harmonioso, baseado em relações sociais cooperativas, transmitida em três línguas, o português, espanhol e o inglês, é um atrativo importante na manutenção do fluxo de turistas ao Sítio Arqueológico, trazendo um espetáculo inesquecível. Anualmente ocorre o Réveillon nas Missões, para celebrar de uma forma muito especial a chegada do Ano Novo, com shows de bandas musicais e shows pirotécnicos (PMSMa, 2019; PMSMb, 2019).



Figura 7 - Ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo
Espetáculo de Som e Luzes



Figura 8 - Ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo
Réveillon nas Missões

Fonte: Prefeitura de São Miguel das Missões (PMSMa, 2019; PMSMb, 2019).

Além dos espetáculos de Som e Luzes e o Réveillon nas Missões, os remanescentes das missões jesuíticas nas cidades de São Borja, São Nicolau, São Miguel das Missões, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo, estão interligadas pela famosa Rota das Missões, rota turística nacional estabelecida para a exploração dos sítios arqueológicos e ruínas missioneiras, bem como, propiciar aos milhares de turistas todos os anos, o contato com a cultura do povo Guarani remanescente da região.

5 | CONCLUSÃO

Podemos concluir que a partir da coleta de informações e a confirmação por meio das imagens disponíveis no acervo histórico do IPHAN, verifica-se que o Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões, além da relevância histórico-cultural, é um patrimônio de grande importância técnico-científico, devido ao despertar de muitos pesquisadores na história das missões jesuíticas no território brasileiro, e com o tombamento em 1938 e 1942, respectivamente pelo IPHAN e pela UNESCO, após décadas de abandono total

e a degradação em estado avançado, foi possível a recuperação dos remanescentes, permitindo a sua preservação até os dias atuais, resultando em um magnífico monumento histórico.

Sendo um polo turístico nacional e internacional, com a visitação de milhares de turistas todos os anos, o sítio se tornou uma importante fonte de renda ao município de São Miguel das Missões, gerando direta e indiretamente empregos, contribuindo com a economia local e desenvolvimento socioambiental, solidificando a necessidade de preservar o patrimônio coletivo, pois muitas famílias tem seu sustento advindo do turismo regional.

Portanto, ficou evidente a importância e os benefícios do tombamento para o Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões, bem como, apontou o caminho a ser trilhado por outros importantes patrimônios históricos e culturais em solo brasileiro, a fim de preservar de forma efetiva e eficaz a história e a cultura pretérita, um direito a ser usufruído pelas presentes e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Flavia Lemos Mota de, [et al.]. **Cartilha – Educação Patrimonial – História de Divinópolis**, 2019, p. 2. Disponível em https://www.divinopolis.mg.gov.br/arquivos/cartilhaeducacaopatrimonial_05013102.pdf. Acesso em: 31 ago 2020.

BESSA, Altamiro Sérgio Mol. **Preservação do Patrimônio Cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro**. Belo Horizonte - MG, CREA-MG, 2004.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**, Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1937

BRASIL, **Decreto-Lei nº 8.534, de 2 de Janeiro de 1946**, Passa a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977**, Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972.

BRASIL, **Formulário de Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/292>. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 1982. Acesso em 15 ago 2020.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

EMBRATUR – MTUR, **Foto Ruínas de São Miguel das Missões**. 2016. Crédito: Embratur – MTUR, Disponível em <http://www.turismo.gov.br/>, A Rota das Missões no Noroeste gaúcho. Acesso em: 05 ago 2020.

FRANÇA, Eduardo e José Odilo de Caldas Brandão Filho, **Rito de intervenções em bens culturais afetados por proteção legal**. Recife: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, 2012.

FURLOG, Guillermo, S.J.. **Misiones Y sus pueblos de guaraníes**. Buenos Aires 1962. Disponível em http://bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/8971/15-laria-rhaya-n78.pdf. Acesso em: 28 ago 2020.

GHIRARDELLO, Nilson e Beatriz Spisso, **Patrimônio histórico: como e por que preservar**. Colaboradores: Gerson Geraldo Mendes Faria [et al.]. Bauru, SP: Canal 6, 2008.

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites. **Cartas Patrimoniais, Carta de Veneza, 1964**, II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 31 ago 2020.

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites. **Cartas Patrimoniais, Carta de Burra, 2013**, art. 26, Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> Acesso em: 28/08/2020.

IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus, **O Museu**, 2019. Disponível em <https://museudasmissoes.museus.gov.br/o-museu/>. Acesso em: 06 set 2020.

IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus, **Museu das Missões**. 2020 Disponível em <https://museudasmissoes.museus.gov.br/o-museu/>. Acesso em: 06 set 2020.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Missões Jesuíticas Guaraniis - no Brasil, Ruínas de São Miguel das Missões (RS)**. 2014 Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/39>. Acesso em: 22 ago 2020.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O IPHAN**. 2015 Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872> . Acesso em: 04 nov 2020.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 5ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 603/604.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 27ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2010, p. 910.

PESAVENTO. Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 4ª Edição, Porto Alegre - RS, Mercado Aberto, 1985, p. 14, 15, 16.

PMSMa, Prefeitura Municipal de São Miguel-RS. **Espetáculo de Som e Luz**, 2019. Disponível em <https://www.saomiguel-rs.com.br/site/conteudos/2065-espetaculo-som-e-luz>, Acesso em: 15 ago 2020.

PMSMb, Prefeitura Municipal de São Miguel-RS. **Réveillon nas Missões**. 2019 Disponível em <https://www.saomiguel-rs.com.br/site/noticias/turismo/46085-reveillon-nas-missoes>. Acesso em: 15 ago 2020.

RODRIGUES, A. R. **Ruína e patrimônio arquitetônico no Brasil: memória e esquecimento**. VIRUS, São Carlos, n. 16, 2018. [online] Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus16/?sec=4&item=3&lang=pt>. Acesso em: 30 ago 2020.

ROGGE, J. H. **Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: UNISINOS, Tese de Doutorado em História, 2003.

SILVA, Fabrício Rocha da, **Estudos de Percepção Espacial no entorno do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo com vistas à valorização do monumento**. Dissertação de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

STELLO, Vladimir Fernando. **Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo: Avaliação Conceitual das Intervenções 1925 – 1927 e 1938 - 1940**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 10, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 66, 67, 68, 235, 241

Área Metropolitana 10, 1, 2, 240, 251

Arquitetura 2, 9, 10, 1, 25, 26, 43, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 64, 68, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 107, 108, 110, 125, 126, 127, 133, 135, 136, 137, 144, 194, 202, 212, 213, 217, 225, 226, 250, 253, 255, 256, 257, 259, 265, 266, 267, 268

Arquitetura em Madeira 81, 91, 96

Arquitetura Escolar 52

Assentamentos Informais 11, 110, 112, 114, 126, 127, 129, 132, 133, 134, 135, 136

B

Belém 12, 229, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 253, 254

Brasília 12, 26, 109, 115, 124, 135, 136, 207, 210, 211, 212, 225, 227, 228, 229, 233, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 268

C

Centralidade 11, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180

Centro 10, 11, 1, 4, 5, 9, 14, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 57, 89, 104, 110, 111, 112, 115, 120, 123, 126, 128, 135, 142, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 187, 207, 213, 216, 217, 218, 219, 226, 228, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 258, 260

Centro Cultural 10, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51

Cidade 9, 10, 5, 7, 8, 20, 24, 25, 26, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 68, 85, 93, 100, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 164, 166, 167, 169, 170, 172, 173, 174, 179, 180, 183, 194, 200, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 259, 260, 262, 264, 265

Cidades Brasileiras 11, 126, 127, 128, 129, 131, 134, 243

D

Desenho Urbano 18, 20, 26

Desigualdade 11, 116, 126, 127, 130, 131, 136, 143, 233

E

Esgoto 11, 131, 133, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 163, 235

Exclusão Territorial 11, 126, 127, 131, 134, 136

G

Gestão Urbana 143, 210, 213, 215, 217, 222, 225

H

História da cidade 174

J

Jane Jacobs 10, 69, 70

L

Legislação Urbanística 116, 136, 238

Lisboa 10, 1, 2, 25, 26, 85, 93, 97, 108

M

Madeira 10, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 200, 205

Morfologia Urbana 2, 3, 4, 8, 11, 15, 17, 19, 20, 21, 25, 179, 214, 215, 229, 236

Multidisciplinaridade 9

Museu 45, 94, 97, 99, 100, 101, 104, 105, 108, 109, 173, 199, 204, 208, 217

P

Paisagem 9, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 21, 23, 24, 25, 26, 50, 89, 90, 144, 164, 170, 179, 180, 210, 212, 213, 215, 216, 222, 224, 225, 257, 268

Parque Urbano 31

Patrimônio 12, 45, 90, 92, 93, 94, 97, 98, 101, 104, 105, 107, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 239

Patrimônio Histórico 12, 45, 92, 93, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 239

Planejamento Urbano e Regional 9, 12, 194, 255, 256, 257, 259, 266, 267

Planos Regionais 194

projeto urbano 25, 210, 214, 215, 218, 221, 222, 227

R

Rua 9, 4, 14, 15, 45, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 166, 172

S

São Paulo 10, 11, 25, 26, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 68, 91, 92, 93, 95, 96, 108, 109, 115, 124, 125, 128, 129, 131, 133, 135, 136, 137, 147, 148, 149, 150, 152, 162, 163, 172, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 194, 195, 208, 231, 251, 252, 253, 254

SESC 24 de Maio 10, 43, 51

Sítio Arqueológico 12, 95, 195, 199, 202, 203, 205, 206, 207, 209

Sustentabilidade 11, 138, 140, 142, 143, 146, 147, 212, 215

T

Tecido Urbano 10, 1, 3, 4, 7, 9, 10, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 164, 169, 171, 213, 216, 236, 243, 253

Técnicas Construtivas 10, 80, 81, 84, 89, 90, 91, 96

Território 9, 2, 3, 4, 21, 24, 26, 53, 84, 87, 89, 90, 103, 107, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 138, 139, 140, 141, 144, 146, 147, 149, 164, 167, 168, 170, 179, 195, 198, 199, 200, 201, 204, 206, 213, 214, 215, 218, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 248, 250, 251, 252, 254, 264

Tombamento 12, 195, 197, 198, 199, 202, 203, 206, 207, 211, 239

U

Urbanismo 9, 11, 1, 25, 26, 43, 46, 52, 53, 68, 69, 79, 92, 96, 110, 125, 126, 135, 136, 137, 138, 148, 171, 181, 194, 250, 253, 255, 257, 259, 268

Urbanismo Contemporâneo 11, 138, 143, 146, 243



Arquitetura e urbanismo: Compromisso histórico com a multidisciplinariedade

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Arquitetura e urbanismo: Compromisso histórico com a multidisciplinariedade

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 